A ACAMPADA EM NÚMEROS

a partir de 31 de outubro (ATUALIZADOS)

cantina popular

3850
jantares quentes (250 diários)

assembleia popular

27 propostas aprovadas

84 intervenções *open mic*

cuidados

39 feridos

5 hospitalizados

30 média de pessoas assistidas por semana

15 média de pessoas assistidas cuidados psicológicos

programação

58 eventos culturais

27 debates/roda de conversa

Apoie as próximas edições do Tendão: use o descritivo "Tendão" na sua doação!
Mais informações no Instagram
@acampadaporto
@tendaodoporto

Link para o website da Acampada do Porto

Apoio institucional

Morto.



TENDÃO #2
JORNAL DA ACAMPADA DO PORTO
14.NOVEMBRO.26

REINVIDICAÇÕES

1. REVERSÃO DA LEI DO ARRENDAMENTO.
2. O FIM DE DESPEJOS DE PESSOAS SEM HABITAÇÃO ALTERNATIVA.
3. TRAVÃO À AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR FUNDOS IMOBILIÁRIOS.
4. AUMENTO DE PARQUE PÚBLICO PÚBLICO DE HABITAÇÃO, TODO EM RENDA APOIADA.
5. RECUPERAÇÃO PÚBLICA DE IMÓVEIS DEVOLUTOS.
6. APLICAÇÃO DE TETOS ÀS RENDAS (CONSIDERANDO RENDIMENTOS REAIS)
7. IMPOSIÇÃO DE MECANISMOS DE PRESSÃO PARA ARRENDAMENTO DE CASAS VAZIAS.
8. FIM DOS BENEFÍCIOS FISCAIS À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.
9. PROIBIR E REVOGAR LICENÇAS DE ALOJAMENTO LOCAL EM IMÓVEIS HABITACIONAIS

JUNTA-TE A NÓS!

A ACAMPADA VISTA DE CASA

A encruzilhada histórica que o nosso país vive encontra-se numa estrada construída pelos nossos pais e avós. Somos herdeiros de Abril e não podemos deixar que essa herança seja posta em causa por alguém que vê o país como uma grande máquina de engordar uma minoria já gorda. É assim essencial que a luta vá para a rua e que o povo se una em torno de um direito constitucional básico, mostrando às elites que, efetivamente, o povo é quem mais ordena. Pessoalmente, vejo o futuro enevoado, povoado com fantasmas de outrora que pensei já extintos.

Neste futuro há uma luzinha muito brilhante, um menino de 2 anos que aprende agora a dizer "não" muito firmemente. Um prenúncio sagaz de alguém que não nasceu num berço de ouro e que, graças a um elevador social mais ou menos eficaz, conseguiu receber dos seus pais uma hipótese nesta selva a que se chama sociedade. Espero que ele saiba dizer muitas vezes "não", que se levante contra a injustiça e que faça disso um dos seus maiores traços de personalidade. Sei bem que sou privilegiado, que a minha estrelinha brilha ao invés de outras que lutam pela incandescência diariamente, onde o leite materno se encontra a trabalhar 12 horas por dia, não chegando para fazer da felicidade um conforto de final de dia.

Vejo-me então numa outra encruzilhada pessoal: a exigência de criar a prole faz com que outras lutas sejam, não esquecidas mas, adiadas. A perspetiva de ação passa assim a ser focada num contexto familiar, abdicando de uma luta social que está a acontecer fora das portas do meu lar. E é aí que entram os homens e mulheres que dia após dia, noite após noite, abdicam da sua vida para que outros possam ter uma vida um bocadinho melhor.

O que vocês estão a fazer pela minha estrelinha, para que um dia ela se sinta herdeira da acampada, não tem preço e estarei eternamente grato a todos os que de uma maneira ou outra fazem parte deste movimento.

Ver-vos a sofrer brutais cargas policiais, serem insultados publicamente por membros da assembleia da república, pelo primeiro-ministro e seu gabinete e por presidentes de câmara xerifes faz com que a revolta cresça enquanto olho para a minha estrelinha a dormir. Um dia irei juntar-me a vocês.

Até lá, a estrelinha que dorme sob um teto agradece a quem dorme sob as estrelas de uma praça perdida numa selva.

SABIAS QUE TU E AS TUAS AMIZADES CONSEGUEM PROPOR LEIS?



A nossa participação **n1 no Tendão** procura dar a conhecer o ponto em que estamos e para onde caminhamos, de forma coletiva.

A lei também é tua!
A Acampada está a preparar uma **Iniciativa Legislativa de Cidadãos** (ILC) sobre habitação. Um processo aberto, nacional e apartidário, que quer fazer da praça um espaço público de produção legislativa.

Perante a crise que enfrentamos, procurámos questionar como chegámos até aqui e que instrumentos legais temos ao nosso alcance. Daí surgiu a proposta de recorrer à ILC, um direito constitucional que permite aos cidadãos propor leis à Assembleia da República.



Até hoje, foram propostas 17 ILC e 8 foram aprovadas.
Nós conseguimos ser a próxima!

O inquérito: a tua opinião é a base da lei!
O inquérito constrói a voz coletiva na luta pela habitação, e conta já com 1500 respostas.

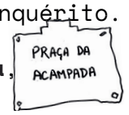


Para além do Porto, este projeto foi apresentado noutras cidades, como em Évora, e esperamos chegar a muitos outros territórios do país, expandindo e cruzando geografias para além da Acampada do Porto.

inquérito→

Nas respostas (até agora!), os temas mais mencionados são os preços das casas, as rendas, a especulação imobiliária e a falta de habitação pública. **Entre as propostas destacam-se a habitação pública e acessível, tetos às rendas, regulação dos fundos imobiliários e do alojamento local, cooperativas e recuperação de imóveis devolutos**. Acima de tudo, **vemos vontade de participar**! Cerca de 90% quer acompanhar o processo e 30% mostra interesse em participar nos debates, grupos de trabalho e propostas!

A redação do projeto de lei será informada pela análise das respostas, envolvendo especialistas, organizações e instituições sugeridos no inquérito. Procuramos relacioná-las com as **reivindicações da Acampada**, a partir de quatro pilares: renda acessível, proteção no arrendamento, travão à especulação e ao uso turístico da habitação e incentivo à habitação pública.



Muito em breve, a ILC estará aberta à recolha de assinaturas! As 1500 respostas mostram que há problemas comuns, propostas para discutir e pessoas disponíveis para construir esta lei de forma inclusiva.
A LEI TAMBÉM É TUA!



Sabe mais no site
ilc-habitacao.sites.deploybase.eu
ou no instagram **@ilc_habitacao**

Tendão #2 Jornal da Acampada do Porto 07 Novembro 2026



Clara Gonçalves; texto
Miguel Carneiro; ilustração

Legado involuntário

A minha mãe tinha uma casa,
feita de farrapos de uma boneca.
O meu pai água de um rio,
que colocou numa barrenta caneca.

A minha avó, sete grãos
que roubou das galinhas.
O meu avô, botas
que agora também são minhas.

E a neta, herdando isto tudo,
Tendo uma boneca desconstruída:
Tudo mas sem conteúdo.
À procura incessantemente duma saída
Através da porta da mudança...
Quem terá coragem de dizer ao seu filho
que não terá a mesma herança?

A GERAÇÃO QUE ESTUDOU, TRABALHOU E CONTINUA SEM CONSEGUIR SAIR DE CASA DOS PAIS

Disseram-nos que, se estudássemos e tivéssemos boas notas, iríamos ser alguém na vida. Que teríamos uma casa, uma vida digna, reconhecimento social e muitas oportunidades...

Também nos disseram que ser «senhor doutor», fosse na área das ciências naturais, jurídicas ou outras, significaria ter estatuto, uma boa casa, um bom carro, um bom ordenado. Em suma, uma boa vida...

Fomos enganados!

Na nossa geração, a da juventude dos dias de hoje, já não basta estudar para sermos valorizados. Ter uma licenciatura ou até um mestrado não significa necessariamente conseguir um emprego na nossa área, muito menos um ordenado que nos permita construir uma vida independente. E quando os salários não acompanham o custo de vida, as consequências vão muito além da nossa vida profissional. Não conseguimos sair de casa dos pais, adiamos a possibilidade de constituir família e, muitas vezes, vemos os nossos sonhos ficar para segundo plano… Estudámos, esforçámo-nos e preparámo-nos para o futuro. Mas será que o futuro se preparou para nós?

A verdade é que os nossos objetivos passaram de ser "alguém na vida" para simplesmente conseguirmos ter uma vida DIGNA! Já não falamos apenas de conquistar uma boa casa ou de alcançar uma carreira de sucesso. Falamos de necessidades básicas: ter um teto, ter alimentação, acesso à saúde e condições para viver com alguma estabilidade. E, no entanto, muitos de nós continuam sem conseguir sair de casa dos pais.

O artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa estabelece o direito à habitação e atribui ao Estado a responsabilidade de promover as condições necessárias à sua concretização. Mas como se concretiza este direito quando tantos cidadãos não conseguem suportar os custos de uma habitação?

Segundo o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 20 de maio, estão previstos benefícios fiscais para determinados contratos de arrendamento habitacional com rendas até 2.300 € mensais. Este valor corresponde a 2,5 vezes o salário mínimo nacional de 2026. A questão que surge, inevitavelmente, é a seguinte: os incentivos fiscais concedidos aos proprietários traduzem-se efetivamente em habitação acessível à população? Não podemos ignorar que uma medida destinada a incentivar a oferta de habitação deve também ser avaliada pela sua capacidade de responder às necessidades de quem procura uma casa. Afinal, de que serve incentivar o arrendamento se uma parte significativa da população continua sem condições financeiras para suportar os preços praticados?

Tendão #2 Jornal da Acampada do Porto 07 Novembro 2026



Cristiana Rodrigues; Ilustração

sem explicação

o cromo de fato

atira me um queque ao colo

ele que não consente desentalar a cara da retrete

que come círroses d'um pato como petisco

quiçá paga colo à mãe que não tem

e não se incomoda ao mentir mais do mesmo disco

esse que nunCa tem rói a mais

e queria dirigir o vento a pedais

tirano do caralho

Confiem: tem o resto do dia e não mais

Montenegro, Mariana Martins; texto

E é precisamente aqui que surge outra preocupação: o peso da procura imobiliária por parte de compradores com maior capacidade financeira, nomeadamente daqueles que têm domicílio fiscal no estrangeiro. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes ao segundo trimestre de 2026, o preço mediano por metro quadrado das habitações adquiridas por compradores com domicílio fiscal no estrangeiro foi superior em 47% na Grande Lisboa e em 37,5% na Área Metropolitana do Porto, comparativamente às aquisições realizadas por compradores com domicílio fiscal em Portugal. Estes dados levantam uma questão que não podemos ignorar: estaremos a construir habitações para responder às necessidades de quem vive e trabalha em Portugal ou estaremos a permitir que uma parte crescente do mercado continue inacessível aos rendimentos da população residente? O investimento imobiliário pode representar uma oportunidade para o desenvolvimento económico do país. No entanto, esse desenvolvimento não deveria acontecer à custa da possibilidade de os cidadãos construírem uma vida nas suas próprias cidades.

Fontes e referências
Constituição da República Portuguesa — Artigo 65.º, Direito à Habitação.

Diário da República (2026) — Decreto-Lei n.º 97/2026, de 20 de maio. Medidas de incentivo à habitação e ao arrendamento.

Instituto Nacional de Estatística (2026) — Estatísticas de Preços da Habitação ao Nível Local — 2.º trimestre de 2026. Publicado em 23 de outubro de 2026.

Inês Pereira; texto
Gonçalo Alves Viana; Fotografia



OVOS DE PELICANO, VISTOS GOLD, A MORTE DO AL E ALGUMAS INQUIETAÇÕES DE UM IMIGRANTE CANSADO

À minha cabeça só vinham imagens de ovos de pelicanos, metáfora usada por Bourdieu para analisar a reprodução das desigualdades no sistema escolar francês, que espelha a reprodução das desigualdades na sociedade francesa em seu conjunto. Passadas de geração a geração.

Pensava nisso numa tarde de verão e de muito calor no Porto, suando por todos os poros, cansado a todos os níveis. Nas minhas mãos, uma esfregona. À minha frente, vários metros quadrados caríssimos de um apartamento que eu acabara de limpar. A vida do imigrante, ou da maior parte dos imigrantes, é mesmo essa — suor e ralação. A não ser, é claro, que você possa pagar por um visto gold (comprando um imóvel, por exemplo), o bilhete dourado de uns poucos que inflaciona os preços das casas para todo o resto.

Trabalhei limpando ALs e fazendo o check-in dos hóspedes no verão de 2022. Também trabalhava num café para o qual eu ia todos os dias passando por uma Mouzinho da Silveira repleta de cartazes com a frase "não matem o AL" nas fachadas dos prédios. O alojamento local, como sabem, segue vivíssimo. Não sei se o mesmo pode-se dizer da cidade.

Naquele dia, limpava um T3. Até consigo imaginar o anúncio daquele apartamento no Airbnb: "apartamento de três quartos lindamente decorado com um design moderno e elegante, a escolha perfeita para uma família ou grupo de amigos que viaja para a nossa cidade". Apartamento lindamente decorado e acabado de limpar por mim, mas que não era meu e, provavelmente, nunca será, situado a escassos metros da rua de Santa Catarina, no coração de uma cidade que vai se tornando uma cópia de qualquer outra no mundo, com as mesmas lojas de roupa, restaurantes de "comida" ultraprocessada e cocktails em esplanadas que custam bem mais do que a maior parte dos residentes recebe por hora de trabalho — inclusive, é claro, aquela minha hora no trabalho em limpezas.

Pensava em ovos de pelicano do Bourdieu e na minha mãe, também ela limpando apartamentos que não são seus num outro país, os Estados Unidos, para onde migrou há quase tantos anos quanto os que eu tenho de vida. Pensava na reprodução das desigualdades, que dividem o mundo em classes sociais distintas, com acesso distinto aos recursos. Este mundo dividido entre migrantes de primeira (os dos vistos gold) e de segunda classe (os que limpam). Entre proprietários e quem luta pelo acesso ao direito básico à habitação. Entre um ideal de cidade voltada para o turismo e um projeto alternativo de cidade democrática e sustentável para as pessoas que nela vivem e trabalham. Pensava em tudo isso numa tarde de muito calor e cansaço no Porto, em que me parecia quase impossível fazer uma omelete, rompendo, assim, com todas essas desigualdades. Escrever este texto é uma forma singela de, pelo menos, trincar a casca.

Tendão #2 Jornal da Acampada do Porto 07 Novembro 2026



Colectivo pela Libertação da Palestina; texto
Gonçalo Alves Viana; Ilustração

PALESTINA NA ACAMPADA

Para grande incómodo daqueles que, a partir de casa, vociferam exigências sobre como devemos lutar, que bandeiras erguer, como resistir e com que sotaque falar, no dia 7 de novembro voltámos a ocupar parte da Praça D. João I com as bandeiras da Palestina.

Alguns de vocês não saberão que a primeira reunião para projetar esta acampada aconteceu no dia 7 de Outubro, na vigília mensal pela Palestina. Esta vigília, que, durante 777 dias, aconteceu ininterruptamente, acontece agora uma vez por mês, todos os dias 7.

As pessoas que nos acompanharam em todas essas noites, têm participado também nesta acampada desde o primeiro dia. Para elas, a interseccionalidade das lutas é uma evidência. Para outras, talvez por conveniência, ainda parece um conceito excêntrico. Talvez numa tentativa de criar pontes com esse polo oposto, temos cometido o erro de justificar a presença das bandeiras da Palestina nos nossos protestos pela habitação com a assombrosa proeminência de capital sionista no imobiliário português. A dimensão do investimento é uma evidência, mas não é por sentirmos na pele as suas consequências que a Palestina está aqui representada. Está aqui representada porque uma boa parte da consciência política de toda uma geração foi transformada com o genocídio sionista em Gaza. Para muitas das pessoas mais jovens aqui presentes, a sua primeira mobilização política foi para protestar o terror israelita e, por extensão, os seus próprios governantes cúmplices e indignos.

"uma boa parte da consciência política de toda uma geração foi transformada com o genocídio sionista em Gaza."

O choque do genocídio em Gaza não fez apenas centenas de milhares de mártires, fez também com que esta geração questionasse os sistemas de poder de uma forma mais ampla. A luta contra o imperialismo, o colonialismo, o capitalismo, e a erosão dos direitos fundamentais, da educação à habitação, é só uma. Sabemos que os nossos corpos não são ainda violentados com a agressividade com que se violentam os corpos do sul global, mas são igualmente insignificantes para uma elite psicopata cujo único propósito é o lucro e a autopreservação.

Questionar, a partir da Palestina, a estrutura política e económica do *status quo* leva invariavelmente à mesma conclusão: a elite que dizima, com métodos diferentes, as gentes do Barroso, de Gaza, de Jenin, de Tulkarem, de Masafer Yatta, de Cuba, do Iémen, do Sudão e do Congo tem de ser extinta. Aqui, como lá, já não lutamos apenas por dignidade; lutamos pela sobrevivência de todas. A nossa luta é internacional!

Um homem honrado disse há anos: "Gaza vai expor todos os normalizadores, desgraçar todos os colaboradores e revelar a verdade a todos os que nos negligenciaram e nos abandonaram". Tinha razão; agora conseguimos vê-los.

Tendão #2 Jornal da Acampada do Porto 07 Novembro 2026



Allan: texto
Miguel Carneiro: ilustração





Juliano Mattos; Fotografia

Tendão #2 Jornal da Acampada do Porto 07 Novembro 2026



Gonçalo Alves <Viana; Fotografia

Não queremos que esta prática fique circunscrita à praça. Queremos lançar sementes nos bairros e nos lugares onde vivemos, onde trabalhamos e onde nos encontramos: pequenos movimentos autónomos, capazes de construir propostas e decidir em conjunto, ligados pela solidariedade. A praça pode ser onde tudo começa, sem ser onde tudo acaba.

É também isso realizar Abril: fazer da liberdade uma prática quotidiana e, da participação um poder de todos. Fazer da democracia não apenas resistência, mas construção de uma vida comum «Para construir a festa do terrestre / Na nudez de alegria que nos veste», como termina o poema de Sophia. A Praça não substitui o Parlamento. Mas o Parlamento também não substitui a Praça.

"A Praça não substitui o Parlamento. Mas o Parlamento também não substitui a Praça."

A DEMOCRACIA NÃO ACABA NAS URNAS

A democracia não acaba nas urnas, nem os órgãos eleitos têm o seu monopólio. Votar é fundamental mas não esgota a participação política. Entre eleições, não deixamos de ter voz, de nos organizar ou de intervir nas decisões que afetam as nossas vidas.

No poema «Nesta Hora», Sophia de Mello Breyner Andresen exige uma «verdade inteira e não meia verdade» e denuncia o demagogo que oculta parte da verdade por desprezar a capacidade de compreensão do povo. Contra esse desprezo, escreve: «Não basta gritar povo / É preciso expor / Partir do olhar da mão e da razão».

"Essa participação precisa também de espaço. Praças como a de D. João I podem ser lugares de encontro, debate e ação coletiva. A cidade não deve servir apenas para circular ou consumir: deve permitir que as pessoas permaneçam, se encontrem e se organizem."

Podemos trazer essa exigência para a nossa prática: não basta invocar as pessoas ou falar em seu nome. É preciso partilhar informação, explicar propostas, ouvir dúvidas e aceitar o contraditório. A democracia direta exige respeito pela capacidade de todos compreenderem, discutirem e decidirem.

Não basta dar a palavra: é preciso evitar que decidam sempre aqueles que têm mais tempo ou mais facilidade em fazer-se ouvir. Por isso, em decisões como a de definir como a Acampada se faz representar, fazemos sondagens e promovemos a discussão ao longo de várias assembleias, para que mais pessoas possam ponderar as propostas antes de decidirmos em conjunto. Essa participação precisa também de espaço. Praças como a de D. João I podem ser lugares de encontro, debate e ação coletiva. A cidade não deve servir apenas para circular ou consumir: deve permitir que as pessoas permaneçam, se encontrem e se organizem. Defender espaços públicos abertos e acessíveis é defender condições para a participação democrática. A vida política não se faz apenas entre as paredes do Parlamento. A participação direta pode coexistir com a representação. Na Suíça, os eleitores podem exigir, mediante a recolha de assinaturas, um referendo sobre leis federais aprovadas pelo Parlamento. Em Paris, os habitantes podem propor e escolher projetos através do orçamento participativo, que abrange parte do investimento municipal. São mecanismos distintos, mas mostram que eleger representantes não implica abdicar de intervir nas decisões coletivas.

Em Portugal, a Constituição não se limita a tolerar essa participação: promove-a. O artigo 2.º estabelece o «aprofundamento da democracia participativa», o artigo 9.º atribui ao Estado a tarefa de assegurar e incentivar a participação democrática; e o artigo 48.º reconhece o direito de participar na vida política diretamente ou através de representantes livremente eleitos. Os artigos 37.º e 45.º protegem a liberdade de expressão e a reunião pacífica e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de autorização. Os artigos 263.º a 265.º preveem organizações de moradores para intensificar a participação local, com uma assembleia e uma comissão por ela eleita e livremente destituível.

Isto não transforma a nossa assembleia num órgão público, nem torna as suas decisões vinculativas para toda a população. Mas a legitimidade dos órgãos eleitos não elimina o nosso direito de formular reivindicações. Discutir quem nos representa, como delegamos e com que mandato, é consolidar a Acampada.

Delegar uma tarefa não deve significar entregar a decisão. Quem fala em nosso nome deve levar a voz desta assembleia, não substituí-la.

Tendão #2 Jornal da Acampada do Porto 07 Novembro 2026

A PSP É UMA INSTITUIÇÃO FASCISTA QUE FALTOU ABOLIR EM 74

A PSP não é a PIDE, no sentido em que são instituições diferentes, com funções algo diferentes, e um caráter político, pelo menos explícito, diferente. Mas engana-se quem pensa que não há ligação entre ambas, enquanto braços armados do Estado burguês, seja ele fascista ou neoliberal, no seu papel de reprimir qualquer oposição revolucionária ao regime vigente, e na defesa dos interesses das classes dominantes contra as classe trabalhadoras, despossuídas e oprimidas.

As torturas, detenções e repressões políticas, abusos físicos e psicológicos, os abusos sexuais e as execuções que a PIDE cometeu ao longo de quase 50 anos, todo este género de atrocidades e crimes contra a humanidade foram igualmente cometidos pela PSP, e continuam a sê-lo pontualmente em democracia. Da mesma forma que a PIDE prendeu, torturou e matou opositores políticos, democratas, antifascistas, socialistas, comunistas, anarquistas e sindicalistas, também a PSP (e a GNR) o fez. Em plena ocupação e guerra colonial, em Moçambique e Angola, a PSP é uma instituição que colaborou ativamente com a PIDE em prender indígenas suspeitos de apoiar as forças de libertação nacional, em prisões com condições desumanas e campos de concentração. A PIDE matou sem julgamento prévio civis africanos às dezenas e escondeu os corpos no mato e em valas comuns não nomeadas. A PSP também o fez. A PIDE violou sexualmente homens, mulheres e crianças africanas, e esfomeou-as em celas superlotadas, a PSP também o fez. A PIDE cometeu crimes de guerra e crimes contra a humanidade de caráter racista, colonialista e imperialista. A PSP também o fez. Em Portugal durante quase 50 anos, a PIDE reprimiu opositores políticos, violou mulheres, prendeu trabalhadores e camponeses, matou muitos que se organizaram em sindicatos ou partidos políticos que lutaram incansavelmente pela queda da ditadura fascista e a democratização e libertação do povo português. A PSP, e a GNR, também o fizeram, em total solidariedade e cumprimento do seu dever de defender a lei e ordem autoritária fascista, muitas vezes em colaboração com a PIDE. Ao contrário do que cantou Zeca Afonso, parece que quem viu morrer Catarina Eufémia perdoou mesmo a quem matou.

Quase qualquer crime que possa ser apontado à PIDE, pode ser apontado à PSP e, no mínimo, a Polícia de Segurança Pública é historicamente composta por cúmplices e colaboradores dos crimes e massacres do fascismo salazarista. A conclusão é clara, somos controlados, vigiados e reprimidos por uma organização carregada aos ombros com a herança do fascismo e do colonialismo. O peso dessa herança bem viva, é-nos recordada em cada repressão violenta de uma manifestação e ocupação estudantil, em cada carga armada sobre trabalhadores em greve e protesto, em cada rusga aos bairros sociais pobres, racializados e proletarizados, e em cada Odair Moniz, Cláudia Simões, e todos os 66 mortos pela PSP nos últimos 25 anos. E é-nos recordada em cada vítima dos atentados bombistas da extrema-direita fascista do MDLP (com representante em parlamento) nos quais foram auxiliados pela PSP do Norte após o 25 de abril. E nunca será esquecida nem perdoada a todos os policiais e seus dirigentes sindicais que difundiram propaganda racista, machista, homofóbica e supremacista branca nas redes sociais, muito menos àqueles que prenderam, violaram e torturam imigrantes e pobres na esquadra do Rato (e sabemos lá quantas outras esquadras) à boa velha maneira pidesca. Por último, nunca esquecer que qualquer conversa sobre a morte dos valores de abril esquece que a violência que a polícia exerce agora contra pessoas de classe média branca exerceu, pelo menos, desde 1975 contra as comunidades pobres e racializadas. Comunidades estas, dos bairros sociais das chamadas Zonas Urbanas Sensiveis. Não é mais do que uma forma de segregação racial imposta pelo Estado e o capitalismo.

Esta tem de ser uma das primeiras reflexões da acampada no Porto e da forma como foi planeada a defesa, negociação e segurança em relação à polícia. Uma das primeiras reflexões sobre como criticamos a violência policial que sentimos na pele enquanto "bons" e "fofinhos" manifestantes pacíficos. A polícia é uma instituição herdeira do fascismo e do colonialismo, e tem de ser destruída pelo Poder Popular de classe trabalhadora ainda a construir. Da mesma forma que nos autopoliciamos na acampada, que autogerimos todas as nossas atividades e decisões, temos de aprender a autogerir coletivamente a nossa segurança a larga escala. Aqui começa o abolicionismo policial, assim como o abolicionismo prisional.

QUANDO A CIDADE ASSUME O PAPEL DE SENHORIO



Gonçalo Alves Viana; Fotografia

No final da Primeira Guerra Mundial, Viena enfrentava uma catástrofe habitacional: centenas de milhares de pessoas viviam em barracas insalubres, caves húmidas ou quartos sobrelotados sem saneamento.

Entre 1919 e 1934, a administração municipal respondeu com um dos planos de habitação pública mais ambiciosos da Europa, construindo cerca de 64 mil apartamentos municipais (Gemeindebauten) para mais de 200 mil habitantes. Este projeto histórico prova que a habitação coletiva funciona quando se retira o lucro da equação e se cuida efetivamente de seres humanos.

Para financiar a construção sem contrair dívidas bancárias nem depender de promotores privados, o vereador vienense Hugo Breitner criou um imposto progressivo sobre o luxo e a propriedade, taxando mansões, automóveis particulares e hotéis. Esse modelo permitiu à autarquia fixar as rendas em apenas 3% a 5% do salário médio de um operário.

Ao contrário dos bairros sociais periféricos e estigmatizados que marcariam as décadas seguintes na Europa, os arquitetos vienenses desenharam grandes quarteirões integrados na malha urbana, como o icónico Karl-Marx-Hof, reservando 70% a 80% do terreno a pátios ajardinados, parques infantis e zonas de convívio. Embora os apartamentos fossem modestos em área, os complexos compensavam esse espaço com equipamentos comuns de elevada qualidade, incluindo lavandarias centrais mecanizadas, banhos públicos, creches gratuitas, bibliotecas e postos médicos. Concretizava-se assim, na prática, o lema da "suficiência privada e luxo público", retirando o trabalho doméstico do isolamento de cada casa, estimulando a comunidade e criando redes de vizinhança e pertença.

Actualmente, ao fim de mais de um século, cerca de 60% dos residentes vienenses continuam a viver em habitação municipal ou subsidiada de qualidade. Em Portugal, pelo contrário, a habitação pública ronda apenas os 2% do parque nacional, e mesmo onde existem programas municipais, a execução revela falhas profundas.

No Porto, o município detentor do maior parque público habitacional do país (gerido pela empresa municipal Domus Social), a realidade no terreno expõe os limites de uma gestão meramente burocrática. Ao contrário do modelo de integração vienense, grande parte do parque social portuense foi historicamente empurrado para as periferias e zonas deslocadas dos centros de decisão, comércio e cultura. Esta segregação geográfica e urbanística criou verdadeiras ilhas de exclusão, onde a concentração da pobreza, a fraca rede de transportes e a ausência de equipamentos comunitários alimentam o isolamento e o estigma social sobre quem lá vive.

Além da exclusão territorial, a resposta pública reduz-se muitas vezes a alocar famílias numa fração sem acompanhar a sua integração nem garantir padrões dignos de habitabilidade. Moradores e associações apontam recorrentemente graves deficiências construtivas e o recurso a materiais de baixa qualidade. Isso traduz-se não só em problemas crónicos de humidade, infiltrações e degradação estrutural por falta de manutenção preventiva, mas também num isolamento acústico precário, onde o ruído atravessa facilmente as paredes entre apartamentos, comprometendo a privacidade e o descanso das famílias.

Mais grave ainda, persiste uma desresponsabilização na gestão quotidiana: perante queixas de incumprimento de regulamentos internos, conflitos de vizinhança (com relatos de violência extrema) ou degradação dos espaços comuns, as entidades gestoras negam-se a ser parte da solução, deixando os residentes entregues à sua sorte depois da entrega das chaves da habitação.

Enquanto isso, no mercado privado, os novos empreendimentos de co-living comercial apropriam-se da linguagem da vida comunitária para fazer o oposto da Viena Vermelha: reduzindo a área dos quartos para maximizar o lucro e cobrando rendas especulativas. Ser senhorio público não basta quando o Estado ou o município agem como administradores distantes; a habitação só funciona quando há investimento na qualidade construtiva, integração urbana, presença ativa e responsabilidade na gestão.

Para superar tanto a especulação privada como a negligência pública, a resposta passa por redesenhar os edifícios residenciais e as próprias cidades em torno de serviços partilhados que baixem o custo de vida e libertem tempo. Em vez de obrigar cada apartamento diminuto a comportar uma cozinha completa e dispendiosa, os blocos habitacionais podem combinar pequenas kitchenettes privadas com cozinhas centrais profissionais e cantinas de bairro acessíveis. Tudo isto contribui para a redução dos custos de construção, despesas de supermercado e horas diárias de trabalho doméstico. Da mesma forma, substituir máquinas individuais em apartamentos apertados por lavandarias coletivas de nível comercial liberta área útil nas casas e reduz a fatura energética das famílias.

A lógica da partilha estende-se também à gestão do espaço e dos objetos. Incluir pequenos apartamentos de hóspedes comuns nos blocos residenciais evita que os moradores paguem rendas elevadas durante todo o ano por um quarto extra quase sempre vazio. Paralelamente, a criação de "bibliotecas de coisas" nos bairros (centros locais de empréstimo de ferramentas elétricas, eletrodomésticos volumosos ou artigos de criança) permite viver confortavelmente em casas mais pequenas sem gastar dinheiro nem espaço para armazenar bens de uso esporádico.

Contudo, os espaços partilhados sem manutenção nem cuidado coletivo degradam-se rapidamente. Por isso, qualquer solução coletiva exige uma gestão cooperativa ou municipal próxima, transparente e participada pelos próprios moradores, garantindo tanto o cumprimento dos regulamentos como a conservação contínua dos edifícios. Em última análise, a crise da habitação em cidades como o Porto não se resolve apenas somando fogos em estatísticas, empurrando os mais vulneráveis para as margens ou entregando chaves de casas sem manutenção nem acompanhamento. Transformar a habitação numa verdadeira infraestrutura pública exige qualidade arquitetónica, mistura social, equipamentos coletivos e uma gestão que cuide efetivamente de quem lá vive, devolvendo aos cidadãos tanto a dignidade do lar como o tempo livre e o direito à cidade.

Artigo inspirado nas ideias e propostas apresentadas por Helen Hester e Nick Srnicek na obra "After Work: A History of the Home and the Fight for Free Time"